

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL****Francisco José Coelho Teixeira**

Ministro da Integração Nacional

**Robson Afonso Botelho**

Secretário de Infraestrutura Hídrica

**Elianeiva Queiroz Viana Odísio**

Coordenadora-Geral de Programas Ambientais

**Maria da Glória Almeida Teixeira**

Especialista Médio I

**Juliana Brito dos Santos**

Analista Técnico-Administrativo

**CMT ENGENHARIA****Auriman Cavalcante Rodrigues**

Coordenador-Geral

**Carlos Danger Ferreira e Silva**

Coordenador Setorial

**Mariana Veríssimo Pacheco**

Coordenadora Setorial

**Denise Bonomo**

Inspetora Ambiental

**Juliana Márcia Andrade**

Inspetora Ambiental

**Equipe Técnica****Adriana Martins**

Analista Ambiental

**Ana Paula Alencar**

Analista Ambiental

**Fabiana Lisboa**

Analista Ambiental

**Leonardo Brilhante de Medeiros**

Analista Ambiental

**Marcello Aponte**

Analista Ambiental

**Marismar Bispo**

Analista Ambiental



**Dados da Publicação:**

Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

**Realização:**

Equipes de Educação Ambiental e de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas: Adriana Martins, Adriana Nascimento de Oliveira, Ana Paula Alencar, Cláudia Maria de Albuquerque Guimarães, Denise Bonomo, Edivam José da Silva, Fabiana Lisboa, Gislaine Rodrigues Lima, Juliana Márcia Andrade, Leonardo Brilhante de Medeiros, Marcello Aponte, Marismar Bispo e Valtercio Evangelista da Silva.

**Coordenação:**

Juliana Márcia Andrade

**Pesquisa e Textos:**

Adriana Martins

Ana Paula Alencar

Leonardo Brilhante de Medeiros

**Ilustração e Projeto Gráfico:**

Francisco Puygserver

Pablo Murilo

**Revisão:**

Denise Bonomo

Leonardo Brilhante de Medeiros

Marismar Bispo



## LISTA DE SIGLAS

AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

AQCR - Associação Quilombola da Cruz dos Riachos

AQCS - Associação Quilombola Comunidade Santana

AQUICBÁ - Associação Quilombola da Comunidade de Jatobá

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ASPAPP - Associação dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra

CEASA - Centro de Abastecimento

CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire

CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural

CEACQ - Comissão Estadual de Articulação de Comunidade Quilombolas de Pernambuco

CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural

CIDA - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPA - Centro de Produção Artesanal

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GERES - Gerência Regional de Saúde

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

ISA – Instituto Socioambiental

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário



MEC – Ministério da Educação e Cultura

MI - Ministério da Integração Nacional

MMTR - Movimento das Mulheres e Trabalhadoras Rurais

MSD - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBA – Projeto Básico Ambiental

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSF - Programa de Saúde da Família

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ONG - Organização Não Governamental



## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2.</b>	<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>7</b>
<b>3.</b>	<b>ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA .....</b>	<b>8</b>
3.1.	Comunidades Quilombolas no Brasil.....	8
3.2.	Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano.....	10
<b>4.</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>12</b>
4.1.	Fase de Instrumentação .....	13
4.1.1.	Público-Alvo.....	15
4.1.2.	Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados.....	15
4.2.	Fase de Interpretação das Informações .....	16
<b>5.</b>	<b>ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>6.</b>	<b>COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JATOBÁ II .....</b>	<b>20</b>
6.1.	Resultados da Memória Coletiva .....	20
6.1.1.	Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico..	20
6.1.2.	Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico .....	22
6.2.	Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social ....	25
6.2.1.	Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social .....	26
6.3.	Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva .....	26
6.4.	Pesquisa Socioeconômica .....	27
6.4.1.	Aspectos Socioeconômicos da Comunidade.....	28
6.4.2.	Infraestrutura Social e Econômica .....	38
6.4.3.	Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo.....	40
6.4.4.	Serviços de Apoio à Produção.....	41
6.4.5.	Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica .....	41
<b>7.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>43</b>
<b>8.</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>44</b>
<b>9.</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>46</b>



## 1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) é o resultado das ações dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental, os quais integram o conjunto de programas ambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA) do PISF. As ações visam minimizar possíveis impactos causados pela implantação do empreendimento, bem como promover melhoria na qualidade de vida das comunidades quilombolas identificadas na Área de Influência Direta (AID) do PISF.

O propósito deste documento é apresentar informações socioeconômicas e ambientais dessas comunidades, a fim de subsidiar ações de educação ambiental, organização e gestão produtiva. Ademais, essas informações poderão contribuir com as instituições governamentais que atuam diretamente nessas comunidades quilombolas na busca de uma gestão comunitária colaborativa voltada para o desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da cultura local.

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo desenvolvido por meio de procedimentos metodológicos pautados na pesquisa-ação, a partir da reflexão e construção entre os atores sociais de comunidades quilombolas pesquisadas e a equipe técnica responsável pela implementação dos programas ambientais.

Essas ações foram desenvolvidas em 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, são elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado, Sítio Feijão/Posse, Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha, Santana, Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana.

Assim, de modo a facilitar a apresentação desses resultados, o diagnóstico foi dividido por comunidade quilombola, constando, assim, de 12 (doze) volumes.



## 2. JUSTIFICATIVA

A principal função de um diagnóstico socioambiental participativo das comunidades é ampliar o autoconhecimento dessas comunidades sobre as potencialidades, problemas locais e a relação com o meio ambiente promovendo o planejamento participativo.

Um diagnóstico pode-se constituir como elemento central para a organização de ações que visam o desenvolvimento local, pois permite o diálogo entre técnicos e moradores de uma comunidade sobre a realidade vivida pelo grupo, sobre a rede de relações sociais, de conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente e que abrem caminhos para a transformação.

As dimensões levantadas em um diagnóstico são inter-relacionadas entre si e poderão ser equacionadas em reflexões e ações coletivas de planejamento para o desenvolvimento comunitário na direção da melhoria de qualidade de vida da população. Os participantes deste processo têm a possibilidade de reconhecer melhor suas experiências, fraquezas e habilidades, avaliando quais são as melhores alternativas para um novo planejamento de ações prioritárias a este desenvolvimento.

Espera-se que todo processo de elaborar, consolidar e validar este diagnóstico favoreça a construção do autoconhecimento e de uma consciência crítica do processo de mudança do grupo, além disso, que subsidie o planejamento e desenvolvimento de ações contextualizadas em educação ambiental e capacitações de organização e gestão produtiva.

Em contrapartida a um estudo pré-elaborado, com perguntas direcionadas e formuladas intencionalmente, este estudo permite que os próprios comunitários analisem o meio em que vivem, as suas mais diversas relações de dependência e possíveis alternativas para melhorias locais.



### 3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA

#### 3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil

Para entender como se deu a formação das comunidades quilombolas no Brasil é necessário conhecer o sistema escravista brasileiro, época na qual os portugueses começaram a dominação de nosso território. Desse modo, para se instalar precisavam de mão de obra forte, barata e em grande quantidade. A mão de obra escrava africana, facilitada pelo mercantilismo europeu, se tornava a alternativa mais lucrativa e viável. O tráfico negreiro, iniciado por volta de 1532, foi, por mais de três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades, trazendo mais de 3 milhões de escravos para os portos brasileiros (ALBUQUERQUE & FILHO 2006).

Em território africano os negros eram tratados como moeda de troca. Trocava-se um negro por aguardente de cana, espelhos, rolos de fumo, entre outros. Quando adquiridos, os negros eram marcados a ferro em brasa, e, acorrentados, eram encaminhados aos presídios da costa africana, onde esperavam os navios negreiros. Esses negros eram transportados de forma sub-humana, amontoados nos porões dos navios, alguns chegavam a óbito e eram jogados ao mar. Assim, quando chegavam ao território brasileiro, eram comercializados nos mercados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pernambuco, e seus serviços eram empregados na lavoura, mineração, pecuária ou em trabalhos domésticos. A economia da colônia e do Império dependia praticamente do trabalho dos escravos africanos. O trabalho deles desenvolveu a monocultura canavieira, a monocultura cafeeira e a mineração (SOUSA 2012, não paginado).

Apesar desse histórico escravista, Silva (2010) afirma que esses povos não foram passivos e tampouco a formação do território dos quilombos se deu somente a partir dos redutos de negros fugitivos, mas, também, da compra da terra pelos escravos alforriados, ou por doação de terras pelos proprietários falidos para pagar pela prestação de serviços.

Durante todo o período de escravidão houve inúmeros casos de resistência dos povos negros. Existiam muitas maneiras de luta contra a escravidão, uma das formas mais expressivas de resistência foi a constituição de quilombos, “distribuídos por quase todo território brasileiro, agrupavam principalmente os povos africanos e seus descendentes escravizados, mas também brancos europeus excluídos do sistema e povos indígenas”. (ANJOS & CYPRIANO 2006).

Munaga & Gomes (2006) publicou que quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada por “homens e mulheres que se recusavam a viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema”.

Os refugiados tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas do



interior do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários e garantir sua sobrevivência (ISA 2008).

Vale lembrar, ainda, que muitas comunidades foram formadas após a promulgação da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão, por uma forte razão: era a única possibilidade do negro viver em liberdade, num espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar a dignidade.

Em resumo, Munanga & Gomes (2006) afirmam que a luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos.

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação política ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil. Essas comunidades negras têm empreendido uma luta pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra, bens considerados sagrados e formadores de uma identidade étnica.

Sabe-se que no Brasil foram criados vários quilombos desde então, mas, não se tem, até hoje, o censo da população quilombola. Estimativas do movimento social apontam a existência de 3 a 5 mil comunidades quilombolas.

A partir dos anos 70, a questão quilombola foi recolocada no contexto nacional com a “descoberta das comunidades quilombolas”, graças, em grande parte, ao movimento negro contemporâneo e ao exercício intelectual de vários autores. E, na década de 80, com o advento da atual Constituição Federal, o Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, em seu art. 68, reconheceu a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que ocupavam suas terras, determinando que o Estado emita em favor daquelas comunidades os títulos respectivos.

Apesar de a Constituição Federal garantir aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras, somente 192 comunidades possuem este título, conforme dados da Comissão Pró-Índio, São Paulo.

A titulação é um procedimento importante, pois estabelece a extensão e os limites do território quilombola e dirime eventuais disputas sobre as terras ocupadas pelas comunidades. A indefinição quanto à regularização fundiária coloca os quilombolas em situação de vulnerabilidade; dificulta o seu acesso a programas e políticas públicas e representa um entrave para a gestão sustentada dos territórios (ANDRADE 2011).



No Brasil, a Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, realiza várias atividades com comunidades quilombolas, dentre elas, formaliza a existência destas comunidades, assessorando-as juridicamente e desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. Assim, por meio dessa instituição, mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional já foram certificadas, dentre elas: 216 em Pernambuco, 68 na Paraíba e 64 no Ceará.

### 3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano

Por volta do século XVI, o trabalho escravo chega ao Brasil, em decorrência do ciclo econômico da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano e ao norte de Pernambuco, onde se incluem hoje os estados de Alagoas e Sergipe (ANJOS & CYPRIANO 2006).

A região Nordeste foi onde se concentrou o maior número de quilombos existentes no Brasil, possuindo centenas de comunidades negras, cuja resistência cultural expressa características próprias de suas tradições festivas, manifestações religiosas e costumes.

As comunidades quilombolas mais antigas originaram-se principalmente de processos de fuga de negras e negros escravizados, provenientes de fazendas locais, mas também de regiões mais distantes, como o agreste meridional de Pernambuco e Alagoas. Um exemplo desse processo foi o surgimento na região hoje localizada no estado de Alagoas do quilombo de Palmares, considerado como um dos principais símbolos de resistência à escravidão no Brasil.

O quilombo de Palmares chegou a ter aproximadamente 20.000 habitantes e conseguiu resistir durante sessenta anos ao cerco colonialista. Em 1695 foi massacrado pelas forças de Domingos Jorge Velho, mas continuou a existir como símbolo de ameaça para a elite. A partir dessa ameaça, temendo surgir um novo Palmares, os senhores de engenhos e autoridades intensificaram a vigia e a procura de escravos fugidos, mas, mesmo assim, outros quilombos surgiram nas primeiras décadas do século XIX, como o Catucá, localizado no estado de Pernambuco.

No processo de instalações em terras após as fugas, os negros eram acolhidos por indígenas, que com o passar dos tempos obtiveram relações de parentesco que persistem até hoje, caracterizando os quilombos da região do vale do São Francisco, do Sertão Central e de Itaparica (ARARIPE & NASCIMENTO 2008).

O início da territorialização das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco se relaciona fortemente com o contexto sociopolítico do período em que iniciou a formação de cada uma das comunidades. Uma das motivações que levaram à territorialização dos locais de procedência de seus primeiros habitantes e às identidades étnicas dos grupos envolvidos, é a forte influência das mudanças políticas e econômicas do final do século XIX.



De acordo com Araripe & Nascimento (2008) essas comunidades, que surgiram a partir do final desse século, se originaram de fluxos migratórios que partiram de três situações: de comunidades quilombolas já existentes; de fazendas que mantinham o trabalho semiescravo, na condição de pessoas libertas; e da dispersão populacional do Arraial de Canudos. Nas três situações havia a presença de pessoas com ancestralidade branca, negra e indígena, o que explica a configuração pluriétnica encontrada em muitos dos quilombos na atualidade.

Muitas dessas pessoas conseguiram adquirir recursos resultantes da produção nos quilombos originais, como trabalhadores ou meeiros nas fazendas, o que possibilitou a formação de novas comunidades, com a compra de terras para moradia, cultivos de subsistência, coleta, caça, pesca e rituais sagrados.

Portanto, as comunidades remanescentes de quilombolas são formadas por grupos sociais cuja identidade étnica é detentora de um patrimônio cultural rico e valoroso.



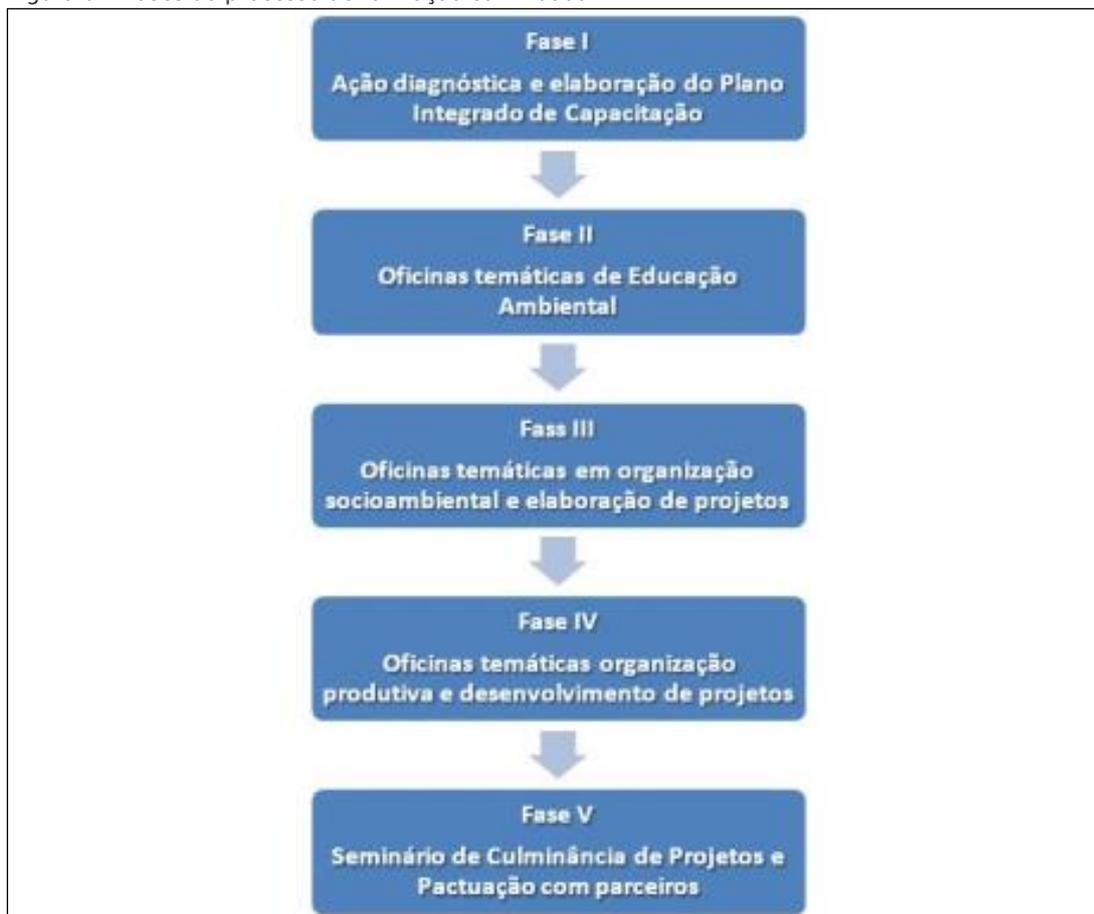
#### 4. METODOLOGIA

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo, representando um conjunto de conceitos e informações que as comunidades podem se subsidiar para gerenciar com autonomia seu desenvolvimento e planejamento.

As comunidades que participaram deste processo podem analisar seu modo de vida e o conhecimento adquirido com o trabalho desenvolvido, colaborando assim para o fortalecimento no planejamento de ações estratégicas. Este trabalho baseou-se em processos de pesquisa, a partir das condições de vida das comunidades estudadas, com seus próprios conceitos e visões.

Desse modo, a metodologia utilizada nesse processo formativo, implementada para os comunitários das 12 (doze) comunidades quilombolas contempladas pelos programas ambientais do PISF, visou potencializar sujeitos e comunidades nos aspectos epistemológicos relacionados à educação ambiental, fortalecimento de instituições das comunidades, elaboração e encaminhamento de projetos socioprodutivos, identificação e estabelecimento de parcerias, contratos e convênios para implantação de empreendimentos, e foi estruturada em cinco fases, representada na figura a seguir:

Figura 01. Fases do processo de formação continuada.



As cinco fases consistem num processo pedagógico, tendo em vista que contêm a intencionalidade de estimular as comunidades para a investigação, análise e avaliação de seus desafios e potencialidades, e, sobretudo, a valorização dos saberes já existentes, bem como a apropriação de novos conhecimentos. Esta metodologia proporciona ainda à comunidade, a interpretação do que se define como um problema ou como o que é desejável, levando em consideração o que realmente significa qualidade de vida para o grupo envolvido.

#### 4.1. Fase de Instrumentação

A oficina de mapeamento técnico para as comunidades quilombolas iniciou o levantamento *in loco* de dados, seguindo diretrizes de estudos realizados em mapeamentos territoriais socioambientais, como ação inicial e norteadora para o processo contínuo e posterior diagnóstico.

Esta fase do mapeamento caracterizou-se por uma metodologia participativa de pesquisa-ação, pautada na pedagogia *freireana* como ação descritiva e de empoderamento local, envolvendo o levantamento e a organização de informações sobre o histórico e a realidade socioambiental de cada comunidade que foi pesquisada.

Os participantes da oficina de mapeamento, divididos em oito grupos, construíram painéis (Anexo I) em que dispuseram as principais informações sobre a comunidade e, numa dinâmica de rotatividade com grupos menores, foi promovido a participação de todos sobre os dados contidos nos painéis. Os painéis apresentavam os seguintes eixos temáticos: 1) Nossas Águas e Usos; 2) Nosso Lixo; 3) Nossa Saúde; 4) Nossa Educação e Comunicação; 5) Nossa Cultura; 6) Nosso Meio Ambiente, Agricultura e Criação; 7) Nossos Movimentos Sociais e ainda 8) Nossos Arranjos Produtivos. Cada eixo possuía um espaço em branco para preenchimento das informações.

O mapeamento técnico desenvolveu-se em três momentos distintos, norteados por eixos temáticos descritos anteriormente, sendo eles: a valorização e identificação dos saberes prévios, a socialização de conceitos e análise, e atividade de alternância para os comunitários, a partir da apresentação de um questionário socioeconômico.

A fase caracterizada pela cartografia social, e sua consequente produção de mapas sociais, buscou levantar conhecimentos e entendimentos dessas comunidades como protagonistas da ação e suas diversas relações com o meio em que vivem, expressadas em desenhos simbólicos.

Os mapas produzidos representam um processo de expressão e descrição coletiva dos atributos que melhor refletem um território, ou paisagem, em função do conjunto de fragilidades e potencialidades locais. De modo simplificado, os mapas simbolizam uma 'fotografia' do momento que a comunidade vive, com a vantagem de registrar elementos surreais e sua dinâmica de transformação e com o único critério de obedecer ao que



realmente é representativo, relevante a todo o grupo. Todos participam de forma igualitária, jovens, crianças, idosos, analfabetos, lideranças, propiciando o olhar comum, que é a prioridade desta metodologia.

Os atributos/características de composição desses mapas podem ser trazidos tanto pela equipe técnica de pesquisadores quanto pelos componentes da própria comunidade. O caráter participativo desse processo se fortalece a partir do momento em que os participantes são, simultaneamente, autores e atores das percepções a respeito do território em que se inserem.

A metodologia de cartografia social que tem como principal produto os mapas sociais visa levantar aspectos relacionados à: Identidade e história da comunidade; Elementos simbólicos e afetivos do local; Conhecimentos, economia e produção local; Significado e entendimento das palavras-chave do processo de planejamento participativo; e mapa da comunidade contendo limites geográficos. As ideias locais sobre qualidade de vida inevitavelmente são expressas nestas cartas.

Para a construção de mapas sociais, é fundamental conhecer a história humana do território. Por isso, é importante estimular a memória dos comunitários para que resultados satisfatórios relativos aos valores materiais e imateriais desses grupos sejam obtidos. Neste momento, faz-se também o resgate histórico da fase de mapeamento técnico, enriquecido com relatos dos moradores e desenhos apontados nos mapas.

Após as duas fases do mapeamento, técnico e social, como atividade de alternância foi realizada pesquisa socioeconômica a partir dos questionários aplicados aos moradores envolvidos, conforme descrito na fase de mapeamento técnico. O questionário abordou questões específicas, referentes aos temas: perfil socioeconômico, organização social, infraestrutura, saúde, educação e comunicação.

Após a aplicação do questionário em forma de entrevista, realizada pelos próprios moradores com outros que não participaram das oficinas anteriores e buscando envolver todas as famílias da comunidade, foram realizadas as Oficinas de Devolutiva, que tiveram como principal objetivo compartilhar as informações coletadas e produtos gerados durante as oficinas anteriores. Na oficina também foram apresentadas as propostas de capacitação dos Programas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF (Anexo II - Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas), para validação dos temas selecionados para a intervenção.

Os dados identificados durante as atividades diagnósticas foram apresentados para todo o grupo, a fim de corrigir e/ou complementar as informações que iriam compor o documento diagnóstico, e incentivando que o material possa servir de instrumento para



gestão e referencial bibliográfico da comunidade. Como encerramento da atividade possibilitou-se também aos comunitários validar as informações em ata de reunião.

#### 4.1.1. Público-Alvo

Comunidade quilombolas do Sertão Pernambucano, sendo elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado e Sítio Feijão/Posse, localizadas no município de Mirandiba; Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha e Sítio Santana, no município de Salgueiro; e Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana, município de Cabrobó.

#### 4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados

Malhotra (2006) conceitua pesquisa qualitativa como uma “metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema” e a pesquisa quantitativa como “metodologia que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.

Assim, a pesquisa realizada nas comunidades quilombolas em questão apresenta-se como quantitativa e qualitativa, pois os propósitos não podem ser alcançados por uma única base metodológica. A riqueza e a diversidade de informações relevantes e, principalmente, a singularidade da dinâmica populacional dessas comunidades exigem um estudo mais abrangente e criterioso.

O estudo, como citado anteriormente, foi subsidiado em dados coletados por mapeamento técnico e produção de mapas sociais, porém o instrumento mais prático para realização da pesquisa foi apresentado na forma de questionário socioeconômico, proposto com o objetivo de aperfeiçoar e quantificar os dados coletados em campo, sistematizar as informações de forma homogênea e verificar a possibilidade de replicação pelo grupo, caracterizando-se por fácil aplicação dos próprios comunitários.

O referido questionário possui inúmeras vantagens para composição do processo de diagnóstico. Entre elas, garante o anonimato, quando necessário, e apresenta questões objetivas e de fácil aplicação, oferece tempo hábil para o preenchimento das respostas, facilidade de conversão dos dados para arquivos digitais, uniformidade com a padronização de questões e baixo custo na produção.

Um questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Como a pesquisa possui um caráter empírico, este instrumento permite a coleta de dados a partir da realidade local, e ainda, pela simplicidade da maioria das questões, alcança até mesmo moradores que não



sabem ler ou escrever, com o auxílio de pessoas da comunidade que respondem ao mesmo questionário.

#### 4.2. Fase de Interpretação das Informações

Após a realização de oficinas de mapeamento técnico e mapa social, e consequente atividade de alternância a partir da aplicação dos questionários por moradores das comunidades, os dados foram recolhidos e compilados, gerando gráficos quantitativos após análise e obedecendo a critérios estabelecidos previamente.

A análise das informações coletadas nas oficinas mapeamento técnico e mapa social e nos questionários aplicados foram sistematizadas e socializadas em oficinas de devolutiva para validação destas informações pelos comunitários.

Após a validação das informações contidas no painel produzido no mapeamento técnico, os gráficos gerados a partir do questionário socioeconômico foram expostos à comunidade visando à confirmação de que retratam a realidade local, bem como para o apontamento de potencialidades para a gestão comunitária autossuficiente. As informações complementam-se, pois aludem à espacialização do seu território, seus aspectos históricos, simbólicos e culturais. Os mapas sociais também corroboram os dados levantados no painel, pois representam a configuração espacial destas comunidades em forma de desenhos, com ênfase aos símbolos mais relevantes.

Na oportunidade, foram apresentados às comunidades quilombolas aspectos do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, documento referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do PISF.

O Plano foi elaborado de forma integrada representando a inter-relação entre os Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, de Comunicação Social e de Educação Ambiental do PISF. Seu principal objetivo é fornecer elementos que promovam a autonomia dessas comunidades, seu desenvolvimento e organização socioeconômica e ambiental e, prioritariamente, o fortalecimento das relações de interdependência intrínsecas a essas comunidades tradicionais.

O Plano expressa a continuidade do processo de formação, priorizando a continuidade das ações executadas durante a fase diagnóstica e que, de forma linear, estabelece a perspectiva de estabelecimento de parcerias, elaboração e gestão de projetos, necessariamente relacionados às questões socioprodutivas.

Este Diagnóstico subsidiou a elaboração do Plano, com informações e relatos coletados durante as fases de Mapeamento Técnico, Mapeamento Social e de Devolutiva. Nessas etapas foram consideradas, principalmente, as necessidades das comunidades quanto aos seus anseios para a realização de oficinas de formação: temas relevantes ao desenvolvimento local, potencialidades e fragilidades da dinâmica populacional e



prováveis desafios para a mobilização e organização comunitária visando à promoção de novas atividades.

Sendo assim, o Plano foi idealizado para propor um conjunto de capacitações prioritárias no contexto do PISF visando o desenvolvimento dessas comunidades específicas, por meio de oficinas temáticas, que valorizem os saberes tradicionais de cada uma separadamente, pois suas diferenças implicam em ações também distintas. E ainda, como fomento ao planejamento de novas ações organizacionais, o Plano pode subsidiar a elaboração de futuros planos de ação locais, pois é sustentado pelas necessidades identificadas pelos próprios comunitários.

Como proposta de intervenção, estas atividades estabelecem um acordo entre as comunidades e instituições envolvidas para a continuidade e eficiência do processo formativo.



## 5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

O processo normativo dos direitos quilombolas vem se efetivando desde a década de 1980, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. O artigo 68, do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, dispõe:

*“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”*

No momento em que o Estado reconhece um grupo como remanescente de quilombo fixa uma identidade não só política, administrativa e legal, mas também uma identidade social, permitindo assim direito a uma identificação étnica, que é veículo de obtenção de direitos diferenciados. Desse modo, esse artigo instituiu um novo sujeito social e político etnicamente diferenciado a partir dos direitos.

Apesar dos preceitos legais apresentados na Carta Magna, durante a década de 1990, o processo formal ainda se encontrava indefinido, promovendo-se uma série de iniciativas isoladas de regularização dos territórios quilombolas, ora conduzidas pela Fundação Cultural Palmares, ora pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ora pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou ainda pelos Institutos de Terra dos Estados.

Algumas tentativas de sistematização da condução do processo foram feitas, como o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro 2001, controverso dentre outros aspectos, por restringir a propriedade quilombola à questão temporal de permanência na terra: só poderiam pleitear o reconhecimento étnico e a regularização fundiária, territórios ocupados por quilombos em 1888 e que permaneciam nos locais remanescentes das comunidades dos quilombos em 05 de outubro de 1988. Esta disposição desconsiderava o dinamismo cultural, as rotas de fuga e fluxos migratórios dessas populações, cuja mobilidade teve motivações diversas nas diferentes regiões do país.

Os relatos contidos neste diagnóstico, por exemplo, revelam movimentos migratórios por motivos distintos, que se referem tanto a mudanças políticas e econômicas na região, como a busca de locais com fatores ambientais favoráveis. E, ainda, esse decreto não contemplava os quilombos urbanos.

Em 20 de novembro de 2003, é publicado o Decreto 4.887, que revogou o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro de 2001, e regulamenta os órgãos responsáveis pela titulação dos territórios quilombolas, atribuindo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, o papel de órgão executor, cujas diretrizes são definidas pela Instrução Normativa RFB nº 16, envolvendo a implementação de ações de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas, ações essas incorporadas ao



Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que prevê processos participativos e gestão específica para essas comunidades.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, refere-se ao conceito e à identificação étnico-quilombola. Prevê a auto-atribuição como elemento fundamental do reconhecimento, segundo a trajetória histórica própria do grupo que é dotada de relações territoriais específicas. Neste sentido, os conceitos e concepções sobre comunidades remanescentes de quilombos devem ser desvinculados da ideia de quilombo como local de “negros escravos fugidos”.

Considerando os diferentes processos de territorialização, bem como a diversidade de organização social e política dessas comunidades, adota-se, aqui, a definição apresentada na publicação ‘Sertão Quilombola, A Formação dos Quilombos no Sertão Pernambucano’ (ARARIPE & NASCIMENTO, 2008) que, de maneira sucinta, conceitua as comunidades quilombolas como: “grupos étnicos que assim se auto-identificam e que se mobilizam politicamente em torno de demandas comuns e diferenciadas do conjunto da sociedade nacional, especialmente o direito ao território que tradicionalmente o ocupam e que está na base da sustentação da sua etnicidade.”.

Com base nessa definição, este diagnóstico apresenta compreensões a partir de relatos dos moradores de 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano supramencionadas. Frequentemente, as informações referentes às origens das comunidades, o histórico de ocupação, as percepções territoriais, as relações de sociabilidade e de parentesco, que se mantêm até hoje, inter-relacionam as comunidades pesquisadas tecendo diferentes histórias.

Percebe-se o quanto elas se complementam seja por meio dos laços familiares e/ ou pela luta de resistência na região. A seguir é apresentado o diagnóstico realizado na comunidade de Jatobá II, localizada no município de Mirandiba, estado de Pernambuco.



## 6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JATOBÁ II

### 6.1. Resultados da Memória Coletiva

#### 6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico

A fase de mapeamento técnico dirigido à comunidade quilombola de Jatobá II propiciou o levantamento e análise de informações categorizadas por eixos e qualificação dos atores locais para a percepção dos conhecimentos técnicos levantados, fortalecendo assim o protagonismo e a perspectiva de planejamento e organização locais.

Este momento possibilitou, de forma dialógica, promover a articulação e a participação de moradores da comunidade e suas diferentes formas de organização, visando o levantamento de informações relevantes à comunidade, e que subsidiará a construção de um planejamento para futuras ações. Esta metodologia presente na fase inicial do processo de diagnóstico está pautada nesta característica de construção coletiva, permeada por um processo de ensino-aprendizagem contínuo, garantido pela pedagogia da alternância, que fortalece este processo com atividades práticas fornecendo subsídios para as fases subsequentes.

A metodologia utilizada no mapeamento técnico procura fortalecer a participação do indivíduo e sua representatividade dentro de sua comunidade, a fim de que possa se compreender os conhecimentos adquiridos e utilizá-los em prol de melhorias na qualidade de vida local.

Os participantes foram convidados a construir um painel coletivo, que giram em circuito para que todos contribuam com informações nos oito eixos temáticos sugeridos:

- 1 - Nossas Águas e Usos;
- 2 - Nosso Lixo;
- 3 - Nossa Saúde;
- 4 - Nossa Educação e Cultura;
- 5 - Nossa Comunicação;
- 6 - Nosso Meio Ambiente;
- 7 - Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras; e
- 8 - Nossos Arranjos Produtivos.

Em cada eixo foi escolhido um relator para o grupo, que fez as anotações numa folha de papel pardo dividida nos seguintes quadrantes: Existe, Facilita e Dificulta. Assim, cada grupo teve a possibilidade de discutir os aspectos relevantes, do que existe em sua comunidade dentro de cada eixo; suas potencialidades representadas pelo que facilita, e seus desafios rumo ao desenvolvimento comunitário que se pretende construir,



representado pelo que dificulta. Como não são expostas perguntas norteadoras neste momento, permite-se que os participantes tenham reflexões livres relativas aos eixos específicos, considerando os saberes tradicionais articulados aos saberes comuns sobre os aspectos em questão.

A seguir, o painel elaborado na comunidade Jatobá II:

Quadro 01. Painel rotativo como resultado da construção coletiva - Comunidade quilombola Jatobá II.

NOSSAS ÁGUAS e USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Água encanada não suficiente; água de cacimba, armazenada em tanques e cisternas para beber, lavar roupa, cozinhar etc; açudes, riachos, riacho não permanente, água só no tempo das chuvas.</i>	<i>Que a água encanada chegasse para todos; barragens para cultivo da terra; água de boa qualidade; irrigação; carros pipa; consciência da população; monitoramento da COMPESA; apoio das autoridades do município.</i>	<i>Falta de água encanada; a distância percorrida para encontrar água potável; falta de barragens; falta de consciência; a população não paga a conta de água; falta de fiscalização da COMPESA.</i>
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Lixo a céu aberto; queima de lixo; não há coleta; falta reciclagem; consumo exagerado de sacolas plásticas; destino incorreto do lixo.</i>	<i>Coleta do lixo; reciclagem; redução do consumo; preocupação em recolher; um depósito; ter cuidado para não soltar o lixo; apoio das autoridades competentes.</i>	<i>Falta transporte para coleta; falta depósito; falta nossa consciência; falta capacitação para reciclagem; nossa acomodação; falta de respeito ao meio ambiente.</i>
NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Médico 01 vez ao mês; campanha de vacinação; agente de saúde; pastoral da criança; meios naturais (plantas medicinais); realização de exames preventivos.</i>	<i>Melhor acesso á consultas; organização para pesagem de crianças; marcação de exames; informação sobre dias de consultas; distribuição de cloro para tratamento de água; distribuição de remédio; medicina alternativa; a prevenção de doenças.</i>	<i>Carro para transporte dos doentes; posto de saúde que não tem; água insuficiente; aferimento de pressão; aplicação de injeção e fazer curativos; tratamento bucal (dentistas); difícil acesso a cidade; dificuldade para marcar e fazer exames.</i>
NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Caatinga pouco preservada; lixo; a poluição; a terra menos produtiva; a diminuição de alguns animais; queimadas, desmatamento irregular.</i>	<i>A conscientização de algumas pessoas; redução do lixo; queima do lixo; aração; água; dinheiro; adubação; o desmatamento; as queimadas; as secas; desmatamento irregular; a falta de fiscalização do IBAMA.</i>	<i>O desmatamento desordenado; a falta de conscientização; a falta de punição; a falta de fiscalização; a falta de coleta; a falta consciência; pouca fertilização; a falta de participação e presença do IBAMA; falta de consciência e respeito.</i>

NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Escola; grupo de danças; artesões; festas tradicionais; festas em homenagem; manifestações religiosas; professores da comunidade; telefone na escola; computadores não instalados (escola); campo de futebol para atividades esportivas.</i>	<i>Aprendizagem dos alunos; manutenção da cultura e história da nossa comunidade facilita a não esquecer o passado do nosso povo; a existência de profissionais da comunidade no quadro escolar; telefone escolar facilita para a comunicação da instituição; o não deslocamento para outras escolas; festas juninas, manter a tradição; o transporte escolar, mesmo que falta; o fortalecimento da comunidade local.</i>	<i>Pouca estrutura para o desenvolvimento pleno das atividades e um cronograma para definir a organização e cumprimento do planejado; mais presença da população em geral; falta de atividade recreativa para preencher o horário do recreio e prender a atenção do aluno na escola. E também falta transporte para todos os alunos, estrutura física da escola que é precária, a dificuldade dos computadores não instalados, falta internet e dificuldade as pesquisas escolares, falta espaço para os alunos brincarem, falta de um refeitório na escola e alimentação de qualidade, falta de incentivo à cultura em outras áreas.</i>
NOSSA COMUNICAÇÃO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Escola; campo de futebol; telefone celular com antena; televisão; rádio.</i>	<i>Meio de transporte; mais apoio dos governantes; mais interesse pessoal; um orelhão; se tivesse a implantação de telefone e um ponto digital.</i>	<i>Falta de telefone; falta de computador; falta de ponto digital; falta de informação por jornal; falta de assistência do correios.</i>
NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Religioso Quilombola; Sindicato dos Trabalhadores, RVR, CCLF, Terra de Direito Dignidade, Prefeitura, MI, EMBRAPA, SEPPIR, CARITAS, AQCC, CONAQ, AQUICBÁ.</i>	<i>Participação e compromisso; temos diálogo; projetos para termos apoio dos facilitadores parceiros; ele se fazer presente na comunidade que seja para ouvir a mesma; participação da comunidade, sendo perseverante e estando presente; construção da sede.</i>	<i>Falta de união; falta de interesse dos mesmos que não acreditam na luta, recursos para ser mais presentes na comunidade, não existe diálogo com nossos representante municipal (com prefeitura), com os parceiros em não termos recursos para facilitar a chegada até nós, não acreditar na luta quilombola e ser mais participativo, não ter sede da comunidade para os encontros.</i>
NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Cebola, feijão, milho, arroz, mamona, tomate, melancia, pimentão, criação de animais.</i>	<i>Ter terra, motor, bomba, já ter trator, semente, arado a burro, maquina, poucas despesas, fácil de colher, água, fazem mutirão para muda e para colheita, a renda para sustento das famílias.</i>	<i>Falta de água, transporte, recursos, falta d e chuvas, terreno ruim, comprador, falta de armazém, falta mão de obra, falta de açudes e barragens, falta trato, falta de investimento, preço baixo da cebola, falta de veneno orgânico, falta terra própria, falta máquina de colheita.</i>

### 6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico

O painel sugerido como ferramenta para o mapeamento técnico propiciou a identificação de elementos que são prioritários à comunidade, obedecendo a eixos temáticos ou elementos que são determinantes ao desenvolvimento local de qualquer grupo social. Os itens ‘Existe’, ‘Facilita’ e ‘Dificulta’ expressos no painel permitem a identificação objetiva



da composição do grupo em questão e suas relações com seu território, com ênfase aos recursos humanos e materiais existentes (Existe), potencialidades (Facilita) e fragilidades (Dificulta).

Este tipo de abordagem de pesquisa também promove a participação coletiva, com o grupo maior de participantes dividido em oito grupos menores, seguindo a ordenação dos eixos temáticos. O painel transitou por todos os pequenos grupos, possibilitando, assim, que todos os participantes contribuíssem com informações pertinentes relativas a cada um dos eixos temáticos.

Além do painel, relatos dos moradores foram sistematizados em relatórios técnicos da atividade e auxiliaram na análise e interpretação dos dados descritos no painel.

### Nossas Águas e Usos

A comunidade de Jatobá II é atendida com serviço de água encanada pelas adutoras provenientes do município de Cabrobó, por meio da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA. A comunidade questiona ao município a manutenção adequada desta rede e solicita a aplicação de alternativas, como a construção de barragens e/ou açudes. Consideram que a água que chega à comunidade não é suficiente para todos os moradores. Também existem cisternas, cacimbas e pequenos cursos d'água temporários. A água das cisternas é considerada a mais apropriada para o consumo humano, e é utilizada também para lavar roupas e outras pequenas atividades domésticas. A cisterna localizada na escola da comunidade também abastece algumas residências. Os caldeirões, reservatórios de água temporários em solos rochosos, também são lembrados como fontes de água importantes nos períodos de estiagem.

### Nosso Lixo

Em Jatobá II não há coleta de resíduos por parte do município de Cabrobó. Os resíduos são queimados ou enterrados, prática comum na zona rural da região. Porém, a comunidade relata que falta consciência à população local a respeito do consumo e destinação correta dos resíduos, especialmente o reaproveitamento dos resíduos recicláveis.

### Nossa Saúde

Os moradores relatam que o difícil acesso à sede do município compromete a saúde local. Na localidade não há posto de saúde ou transporte para os doentes. Um médico visita a comunidade uma vez ao mês, assim como agentes de saúde. Nas visitas são realizados exames preventivos, campanhas de vacinação, distribuição de hipoclorito de sódio para tratamento de água e distribuição de remédios. A Pastoral da Criança também atua em Jatobá II.



### Nosso Meio Ambiente

Os moradores conseguem identificar e quantificar os principais impactos da ação humana no território. A prática indiscriminada de queimadas, o desmatamento e a quantidade de resíduos espalhados pelos terrenos recebem destaque na fala dos moradores. Apesar dos temas serem trabalhados na comunidade, os moradores ainda atribuem o estágio de degradação atual dos recursos à falta de conscientização.

### Nossa Educação e Cultura

A Escola Municipal Alexandre Parente de Sá está localizada no principal núcleo habitacional e é referência para a comunidade, possuindo quadro professores e demais funcionários da própria localidade. A escola oferece os ensinamentos infantil, fundamental I e II, e atende crianças e jovens da comunidade e de sítios vizinhos. Elementos culturais e históricos da origem da comunidade são abordados frequentemente pelos professores que lecionam na escola.

### Nossa Comunicação

A comunidade solicita ao governo municipal de Cabrobó a instalação de um ponto digital na escola para que os alunos tenham acesso à internet. Existem computadores na escola, porém os moradores alegam que falta um profissional habilitado para ministrar aulas de informática assim como realizar a manutenção das máquinas. A escola, assim como o campo de futebol e a casa de uma moradora local são referências de locais em que a comunidade se encontra. A televisão, o rádio e o telefone celular ainda são apontados como os meios de comunicação mais eficientes.

### Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras

A comunidade de Jatobá II é extremamente articulada com outras comunidades quilombolas e instituições, a partir de sua associação e do trabalho dos moradores locais. Os comunitários citam a presença importante da Associação Quilombola Conceição das Crioulas – AQCC, para fortalecimento da autonomia local e criação da Associação Quilombola da Comunidade de Jatobá – AQUICBÁ. Citam também outras instituições parceiras, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, com promoção de cursos e assistência técnica, a Prefeitura Municipal de Cabrobó, o Ministério da Integração (MI) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), na construção e substituição de casas de taipa por alvenaria, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade - SEPPPIR, para implantação do banco de sementes com o apoio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) e do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF).



## Nossos Arranjos Produtivos

Fica evidente a vocação da comunidade para a agricultura familiar de subsistência. Mesmo com condições climáticas adversas e pouca disponibilidade de água, Jatobá II promove a diversificação de culturas para consumo próprio, períodos de plantio e colheita realizados em mutirões e a articulação com ONGs e instituições para promover o desenvolvimento de projetos e assistência técnica voltada exclusivamente à produtividade agrícola.



Foto 01: Residência de D. Maria Gregório da Silva e D. Joana Angélica, local de reuniões para os moradores.

### **6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social**

A oficina de mapeamento social e sua consequente elaboração de mapas buscou levantar e socializar conhecimentos e compreensões do grupo participante da ação, sobre sua vida e sua região. Os mapas sociais elaborados pelo grupo são produtos de um processo minucioso de análise socioambiental do ambiente em que estão inseridos, onde os valores materiais e imateriais comuns a todos são identificados e expressos na forma de desenho, elementos essenciais na configuração de um território.

O mapa social atua na perspectiva do olhar comum, coletivo, sobreposto aos anseios e desejos de um grupo social. É uma representação subjetiva dos processos de ocupação de uma área e das redes de inter-relações que se criaram sob esse ambiente ao longo do tempo. O território quilombola se difere dos demais não pelas características físicas deste, mas pelos sinais históricos e culturais ali presentes, sendo a reprodução cultural e o resgate histórico as principais características que o torna um ambiente único.

Em Jatobá II, os limites territoriais foram priorizados na concepção dos mapas produzidos durante a Oficina de Mapeamento Social. A comunidade expressou sua ligação íntima com o território nomeando espaços de importância histórica e também estratégicos para o processo de regularização fundiária. O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional é citado como alternativa para a escassez de água no



local e para abrir possibilidades de projetos de desenvolvimento, sempre associado como limite territorial em suas relações de trabalho. As áreas produtivas e os pontos históricos foram representados em dois mapas produzidos separadamente. A Serra da Bananeira foi desenhada nos dois mapas, e constitui-se como um símbolo para a comunidade nas relações com a oferta de água e com suas formas de trabalho na terra, além de ser considerado o principal limite territorial.

A seguir, imagens dos mapas produzidos em Jatobá II:



Foto 02. Mapa elaborado durante a Oficina de Mapeamento Social.

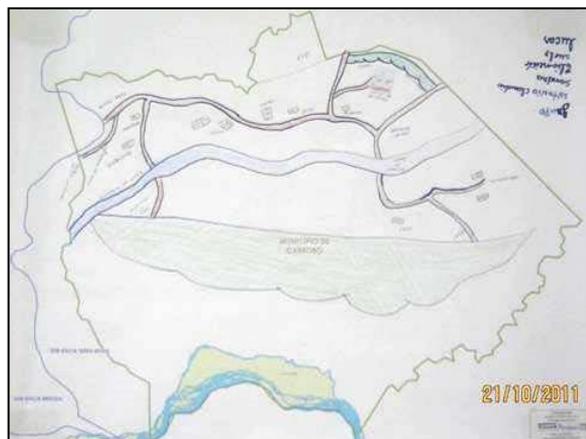


Foto 03. Mapa elaborado por outro grupo durante a oficina.

### 6.2.1. Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social

Os mapas sociais elaborados retratam as relações de trabalho e de subsistência da comunidade. A capela e a escola são estruturas consideradas estratégicas para as reuniões locais e ponto de encontro dos moradores. O cemitério e as localidades Várzea das Domingas, Recanto, Bananeira, Jatobá, Caibeiras, Córrego do Facão e Barra do Exu também foram citados na produção dos mapas. A Serra de Umãs e a Serra da Bananeira são símbolos históricos importantes de limites territoriais e de áreas de cultivo agrícola. Todos os elementos expressos nos mapas e nos relatos durante a Oficina de Mapeamento Social são considerados pelo grupo como símbolos da identidade e luta pelo território.

### 6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva

Na ocasião, foi destacada a relevância da atividade para a confirmação da veracidade das informações fornecidas, e o conseqüente autoconhecimento da comunidade para ações futuras dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental.

Dados coletados durante as fases de mapeamento técnico, mapeamento social e questionário socioambiental foram novamente socializados, como forma de estimular o grupo a refletir sobre os produtos finais elaborados. Os eixos temáticos do mapeamento



técnico foram priorizados recebendo maior destaque, por possuírem um número maior de informações.

Os gráficos gerados por meio do questionário socioeconômico também foram socializados em projeção audiovisual, assim como os mapas sociais elaborados, reafirmando as informações do mapeamento técnico e assim eliminando uma possível fragilidade deste tipo de pesquisa, quando se distancia da equipe de pesquisadores como atividade de alternância. Os membros da comunidade validaram as informações referentes a estas fases do mapeamento.

Apresentou-se então a proposta de capacitações do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para validação dos temas selecionados para a intervenção. Quanto à proposta de capacitações do Plano, o grupo optou por suprimir a Oficina de Apicultura, sendo aprovada conforme segue:

- Oficina de Associativismo e Cooperativismo;
- Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Sócioprodutivos;
- Oficina de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Oficina de Agricultura Orgânica e Agrofloresta;
- Oficina de Reflorestamento, Implantação e Gestão de Viveiros;
- Oficina de Beneficiamento de Frutas Nativas da Caatinga;
- Oficina de Artesanato;
- Oficina de Criação de Animais de Pequeno e Médio Porte;
- Oficina de Comercialização e Divulgação e Produtos;
- Oficina de Planejamento Estratégico; e
- Oficina de Empreendedorismo.

#### **6.4. Pesquisa Socioeconômica**

A partir da aplicação e recolhimento dos questionários, os dados foram sistematizados em textos e gráficos, conforme a objetividade ou subjetividade de cada questão. Dados referentes à faixa etária da população, educação, fonte de renda e arranjos produtivos foram expressos, além da contextualização, na forma de gráficos. A análise dos dados obtidos foi realizada tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, confrontando-os com relatos dos moradores registrados durante as oficinas realizadas.

#### 6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade

##### Localização e Origem da Comunidade

A comunidade quilombola Jatobá II está localizada no município de Cabrobó, estado de Pernambuco, a 72 (setenta e dois) quilômetros (Km) da sede municipal. O acesso à sede é realizado por 35 (trinta e cinco) Km de estrada não pavimentada e 37 (trinta e sete) Km de estrada pavimentada. Como o município de Terra Nova está a 08 (oito) Km de Jatobá II, a comunidade desloca-se principalmente a este município para atividades e serviços. O município de Salgueiro, distante 56 (cinquenta e seis) Km da comunidade, também é referência para os moradores.

A seguir, imagens que representam a comunidade:



Foto 04. Banco de semente localizado no principal núcleo habitacional da comunidade.



Foto 05. Escola Municipal Alexandre Parente de Sá, localizada em Jatobá II.

A origem de Jatobá II ocorreu a partir de 1879, quando Manuel Gregório de Sá, filho do Sr. Gregório Barreto de Sá e de uma escrava, casa-se com Josefa Batista, moradora da comunidade Cacimba Velha, pertencente ao município de Salgueiro. Na oportunidade, Manuel recebeu de presente as terras onde hoje está situado o território quilombola Jatobá II.

*A história da origem da comunidade é dos tempos de Manuel Gregório de Sá Barreto, filho de uma escrava com o senhor de escravos, de nome Gregório Barreto. Manuel foi adotado pela esposa de seu pai Ana Pereira de Sá e criado na casa grande. Relatam que à época funcionava um sistema que chamava forrar pia, que significava ser criado livre dentro da casa grande. A criança filha de uma escrava com o senhor se nascia negra tornava a ser escravo e se nascia branco ele dava pra um conhecido adotar ou dava-se o “forrar pia”, que era ele ter mais liberdade. Vivia de trabalhar, mas era com mais liberdade. (Araripe e Nascimento, 2008, p. 131).*



Nessas terras já moravam algumas mulheres conhecidas como 'as Domingas', mas os moradores atuais não conhecem bem a história delas no local. Os moradores relatam que as pessoas se instalavam em uma área dentro do território de Jatobá II e costumavam nomear as áreas pertencentes às famílias, como: Várzea das Domingas, Caibeiras, Córrego do Facão, Barra do Exu, Recanto, Bananeira entre outras.

Após a morte do Sr. Manuel Gregório de Sá Barreto no início do século XX, seus filhos mais velhos vendem as terras. Entretanto, os filhos mais novos, Joaquim Gregório do Nascimento e Josefa da Conceição, permanecem nas terras trabalhando como rendeiros.

A terras foram vendidas a um senhor conhecido por Jeremias Parente de Sá, que pertencia à família 'dos Pereirinhas'. Após seu falecimento, as terras foram herdadas por seu filho Alexandre Parente de Sá, que se instalou em Jatobá II construindo a "casa grande".

Segundo relatos de alguns moradores, em 1969 o Sr. Alexandre Parente de Sá, adoeceu e perdeu a documentação de posse da terra, e com isso nenhum dos descendentes pôde herdar legalmente as terras. Na comunidade também não há mais descendentes da família 'dos Pereirinhas'.

Atualmente, a comunidade é formada basicamente pelas famílias: Delmiro, Nogueira, Marcos e Gregório. A partir desse ciclo familiar, novas famílias se constituíram estabelecendo vínculos de parentesco entre si.

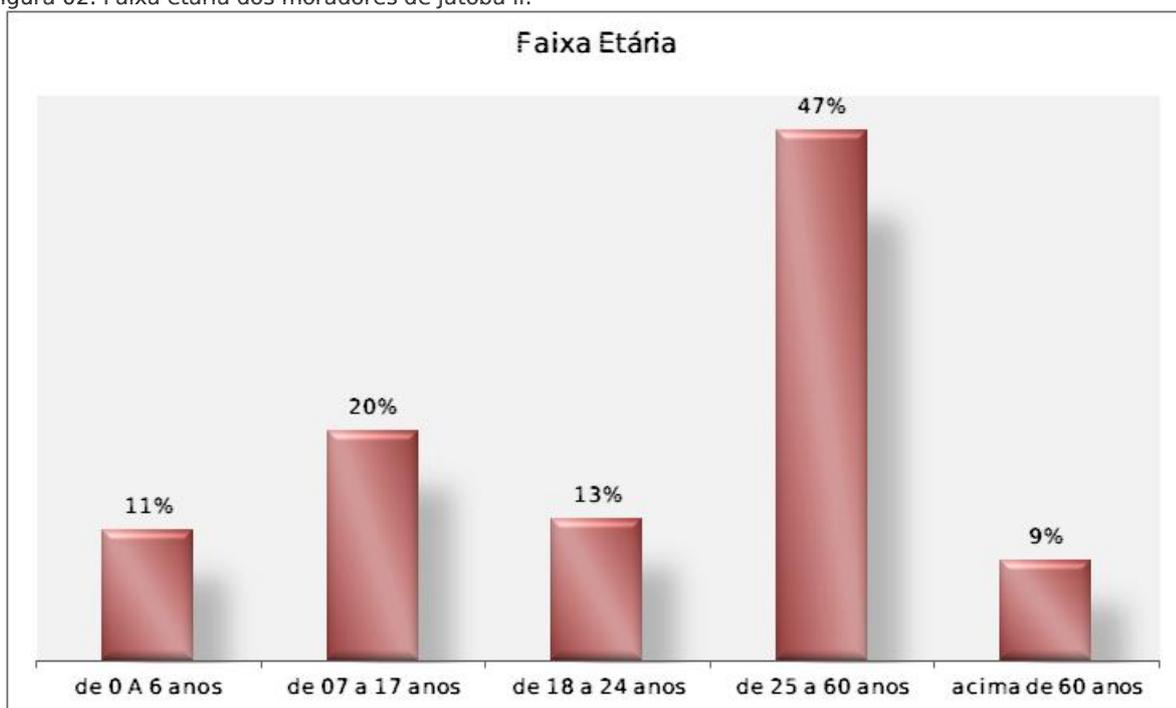
### População

A comunidade de Jatobá II é composta por 131 famílias e pouco mais de 400 moradores. As moradias abrigam uma ou mais famílias, com duas ou até três famílias por domicílio.

Ao analisar a faixa etária dos integrantes da comunidade verifica-se uma predominância de pessoas entre os 25 e 60 anos, representando mais de 45% do total da população local. O percentual de pessoas idosas acima de 60 anos é menos de 10% da população total de Jatobá II. A seguir, apresenta-se o gráfico de faixa etária da comunidade:



Figura 02. Faixa etária dos moradores de Jatobá II.



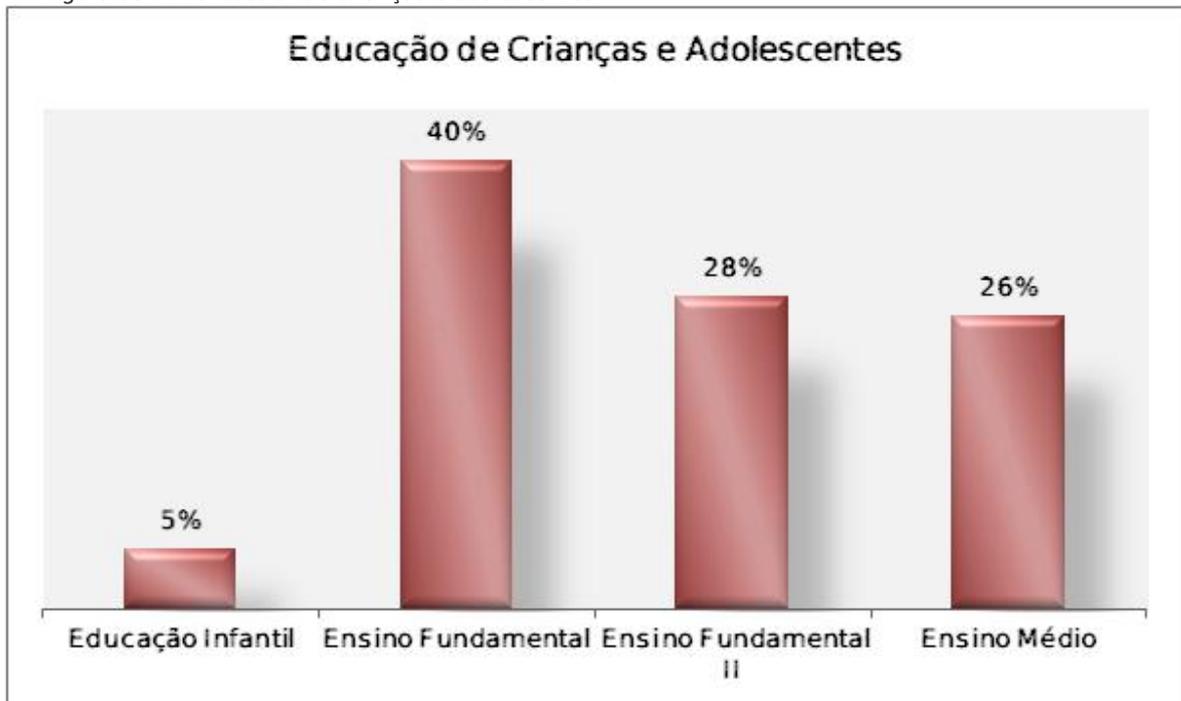
### Educação

A partir dos questionários aplicados em 57 (cinquenta e sete) crianças e adolescentes da comunidade, foi verificado que aproximadamente 40% desses cursam o ensino fundamental I, 28% o ensino fundamental II e 26% o ensino médio. O restante, 5%, são crianças matriculadas no ensino infantil. Os alunos do ensino infantil ao fundamental II estudam na Escola Municipal Alexandre Parente de Sá localizada na própria comunidade. Para cursar o ensino médio os estudantes se deslocam para os municípios de Terra Nova ou Cabrobó.

Quanto à escolaridade da população adulta, 105 (cento e cinco) adultos, aproximadamente 35%, cursa o ensino fundamental I, 25% o ensino fundamental II, 23% o ensino médio, 6% o programa Educação de Jovens e Adultos - EJA e 1% o ensino superior. Constatou-se ainda que 10% dos moradores da comunidade, em sua maioria idosa, não são alfabetizadas. Os gráficos relacionados à educação na comunidade estão representados a seguir:

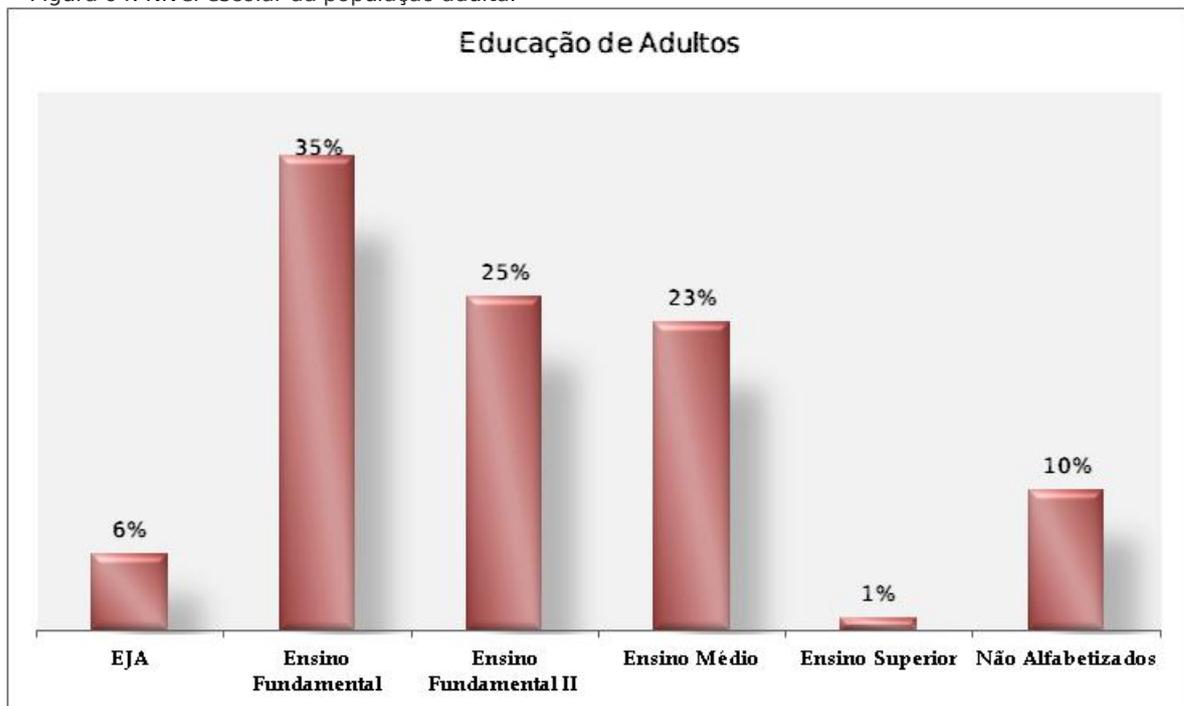


Figura 03. Nível escolar de crianças e adolescentes.



A seguir, gráfico referente à educação da população adulta da comunidade:

Figura 04. Nível escolar da população adulta.



## Fonte de Renda

Ao analisar a renda mensal média da comunidade, verificou-se que 68% das famílias ganham até 3 (três) salários mínimo, sendo que a renda familiar acima de dois salários ocorre pela presença de aposentados e servidores públicos na mesma família. Os programas de transferência direta representam a maior fonte de renda dos moradores, em aproximadamente 40% das famílias entrevistadas. As atividades agrícolas representam a principal fonte de renda em aproximadamente 20% das famílias. O programa Bolsa Família e aposentadorias são citados como principais fontes de renda da maioria das famílias.

Figura 05. Categorias de atividades que promovem fonte de renda.



## Manifestações Culturais

As manifestações culturais são muito presentes na comunidade e parte delas esta relacionada à religiosidade. A capela comunitária foi projetada e construída pelos próprios moradores por meio de mutirão e leva o nome da padroeira da comunidade, Nossa Senhora de Fátima.

Segundo relatos dos moradores, entre os anos de 1934 a 1950 a comunidade rezava o terço em homenagem a São João, São Bom Jesus da Lapa e Nossa Senhora de Fátima. A partir de 1956 deram início aos novenários de Nossa Senhora de Fátima, Três Desterrados, São José e São Francisco e em 1988 surgiram às comunidades de base, que são comunidades ligadas principalmente à Igreja Católica.

As festas religiosas, os novenários e os festejos juninos, como o São João, são tradicionais para o grupo. Muitas celebrações ocorriam em locais históricos e de grande importância



para a comunidade, como as missas na Pedra da Santa, brincadeira nos Rodrigues e pontos de encontros de forró na 'casa grande' de Alexandre Parente de Sá.

As pessoas mais idosas da comunidade incentivam os mais jovens a resgatar e manter a tradição, cultura e história locais.

A seguir, imagem da capela de Jatobá II:



Foto 06: Capela Nossa Senhora De Fátima, localizada no principal núcleo habitacional de Jatobá II.

### Organização Comunitária e Movimentos Sociais

As discussões sobre a auto-identificação da comunidade enquanto quilombolas intensificaram-se a partir de 2004, sendo motivada pela presidente da associação local e filha de D. Maria Gregório da Silva, Sr<sup>a</sup> Joana Angélica da Silva e com o apoio da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – AQCCS, do município de Salgueiro. D. Maria Gregório da Silva é uma das moradoras mais antigas da comunidade e referência para todos. Os moradores acreditam que com a regularização de seu território e o acesso às políticas públicas específicas, a comunidade terá condições de promover o desenvolvimento ordenado.

Percebe-se uma crescente compreensão por parte dos moradores da importância de meios como o associativismo e a cooperação na busca e garantia dos direitos quilombolas. Essa compreensão fica evidenciada na significativa participação da comunidade em movimentos sociais regionais e nacionais, como sindicatos e grupos religiosos. A comunidade possui a Associação Quilombola da Comunidade de Jatobá – AQUICBÁ, atuante na organização e mobilização do grupo. No entanto, como a associação ainda não dispõe de uma sede própria, as reuniões são realizadas na capela da comunidade.

### Regularização Fundiária

A comunidade se autoidentifica como quilombola, e é certificada pela Fundação Cultural Palmares. Desde 2004, intensificaram-se as discussões sobre o processo de regularização fundiária do território quilombola, que se encontra em andamento. Parte do território que é reivindicado pela comunidade ao INCRA é ocupado por fazendeiros locais.

### Instituições Parceiras e Projetos de Desenvolvimento Local

A comunidade de Jatobá II mantém parcerias com as ONGs Terra de Direitos Humanos e Dignitat, como suporte em assessoria jurídica. Estas instituições trabalham com comunidades quilombolas e reassentados na busca e luta pelos direitos sociais de cada grupo. Os moradores ainda contam com o apoio da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ e da Comissão Estadual de Articulação de Comunidade Quilombolas de Pernambuco - CEACQ.

Os moradores também se articulam a partir de parcerias com instituições públicas como a Prefeitura Municipal de Cabrobó, que disponibiliza o transporte escolar, e com o Ministério da Integração - MI e a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, na construção/substituição de casas de taipa por casas de alvenaria.

A AQUICBÁ conta ainda com a parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade - SEPPIR, para implantação do banco de sementes Crioulas, com o apoio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional - CIDA e do Centro de Cultura Luiz Freire - CCLF. Esse projeto piloto, iniciado em 2007, atende cinco comunidades localizadas no Sertão pernambucano e atualmente aguarda recursos para dar início a terceira etapa do projeto.

### Distribuição Espacial e Formas de Uso da Terra

O território de Jatobá II faz fronteira com a Serra de Umãs ao norte, com a Serra da Bananeira ao sul, e com as localidades Tolda e Baixa da Aroeira. O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional também é citado como elemento do território.

As Serras da Bananeira e de Umãs são áreas importantes de plantio para subsistência da comunidade. Conforme relato de Araripe e Nascimento (2008) o local foi “sobrevivência pra a comunidade, as pessoas mais velhas trabalhavam lá nessas Serras onde plantavam milho, feijão, tiravam a lenha e o caroá”. Devido a essa importância histórica eles almejam que a serra faça parte de seu território no processo de regularização fundiária.

Na localidade denominada Várzea das Domingas encontram-se alguns pontos representativos da comunidade, como a igreja, a escola, a sede do banco de sementes, a casa de D. Maria Gregório da Silva e outras residências. Lateralmente a Várzea das



Domingas está à localidade Bananeiras, e atrás desses locais situam-se as roças e o Riacho Boqueirão. Na época das chuvas, esse riacho é utilizado na irrigação das roças. Posteriormente às roças, está localizada a Serra da Bananeira, um dos limites do território da comunidade.

Seguindo a principal estrada que corta a comunidade, é possível encontrar várias outras localidades com distribuição de residências, um campo de futebol e o cemitério. A seguir, imagens de alguns locais que são representativos para a comunidade:



Foto 07: Pequeno açude localizado em Jatobá II.



Foto 08: Vista da Serra da Bananeira.

Os moradores também fazem referência a alguns espaços na comunidade, como: o Lageiro de Anjo, Várzea das Domingas, a casa de João Fulor, a Lagoa de João Francisco, o caldeirão Maria Nova, Lageiro do Lenço, Riacho do Boqueirão, Monte Alegre, Olho d'água (na Serra), Olho d'água Salgada, Caldeirão Quitéria, Fazenda Sabonete e a Serra da Bananeira.

### Expectativas da Comunidade

A comunidade deseja promover capacitações que priorizem atividades produtivas e gestoras, bem como de caráter cultural e social. As lideranças locais e o corpo docente da Escola Alexandre de Sá Parente estimulam os mais jovens na formação educacional, pois valorizam os processos de aprendizagem como principal meio para o desenvolvimento local. As principais expectativas citadas quando à formação local foram:

- Prevenção de Doenças e Primeiros Socorros;
- Formação em Informática;
- Projeto Político Pedagógico Quilombola;
- Oficina para Contar Histórias;
- Valorização da Caatinga e Legislação Ambiental;
- Curso de Apicultura;



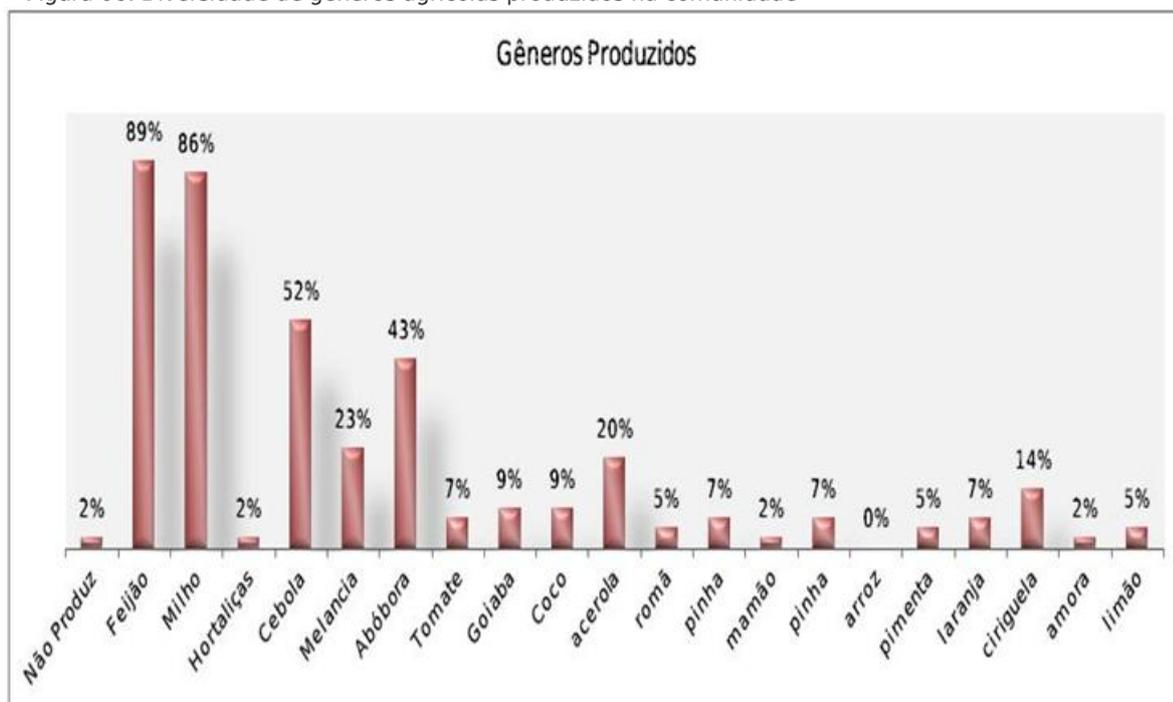
- Criação de Animais de Pequeno Porte;
- Culturas Anuais;
- Formação de Uso de Defensivos Agrícolas;
- Comercialização do Artesanato;
- Agricultura Orgânica;
- Formação em Associativismo;
- Formação Territorial Quilombola;
- Capacitação em Comunicação Comunitária e Mobilização Social;
- Uso Racional de Água;
- Capacitação em Reaproveitamento e Coleta Seletiva.

### Arranjos Produtivos

Em Jatobá II, o plantio ocorre de maneira individual, mas também por família. Na comunidade são produzidos alguns gêneros para a subsistência como leguminosas, grãos, hortaliças, frutas e verduras. Quando a produção é maior que o consumo, o excedente é comercializado. Existem culturas que são produzidas na maior parte das famílias e em maior porcentagem, como feijão, milho e cebola. Por outro lado, a produção de frutas e hortaliças está limitada a um pequeno número de famílias.

A seguir, o gráfico que representa a produção agrícola na comunidade:

Figura 06. Diversidade de gêneros agrícolas produzidos na comunidade

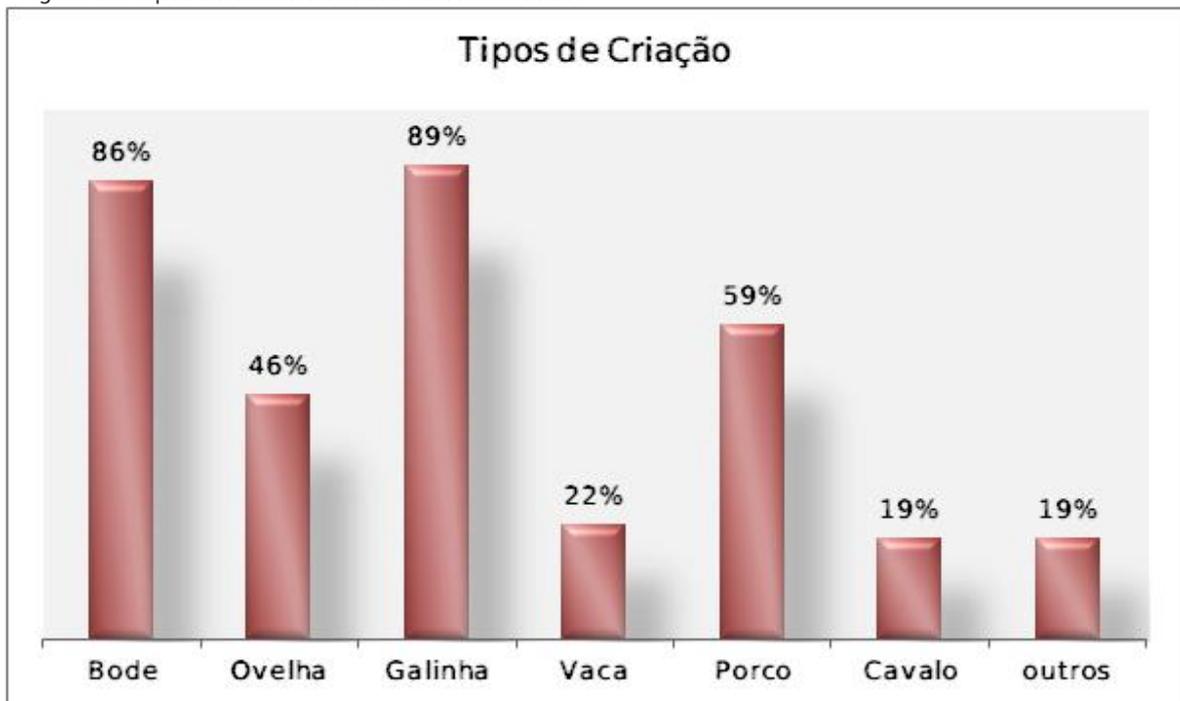


Além da agricultura, há criação de galinhas, bodes, porcos, ovelhas, bois, cavalos e outros. Alguns destes são comercializados diretamente nas feiras locais de Terra Nova e na própria comunidade, principalmente bode, ovelha, galinha e porco.

De acordo com informações dos moradores, a venda tanto de animais como de produtos da agricultura, na época da seca, só ocorre no caso de extrema necessidade, pois o pouco que se produz é para atender o sustento familiar, até o próximo inverno.

A seguir, o gráfico representa os tipos de criação existentes na comunidade:

Figura 07. Tipos de animais criados na comunidade.



A imagem a seguir representa a criação de alguns animais em Jatobá II, destinados ao sustento das famílias:



Foto 09: Criação de gado na comunidade.

## 6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica

### Saneamento Básico

- Fontes de Abastecimento de Água

O abastecimento de água em Jatobá II é realizado por captação de água da chuva, carros pipa oferecidos pelo governo municipal, água encanada proveniente de adutora e cacimbas.

Apesar de a água encanada ser a principal fonte de abastecimento da comunidade, segundo os moradores não é suficiente. No ano de 1996, D. Maria Gregório e outros moradores conseguiram o direito ao acesso à água encanada, no entanto, atualmente, este recurso só atende o que é denominado Núcleo I de Jatobá, por se encontrar próximo ao ponto de captação. Mesmo com a insuficiência deste recurso, as famílias pagam a tarifa mensalmente.

Antigamente, a comunidade de Jatobá II utilizava água dos caldeirões, que também serviam como uma cisterna. A água era colocada no caldeirão e as pessoas utilizavam conforme a necessidade. Hoje, existem quatro caldeirões, entretanto, não são utilizados, pois estão secos devido ao longo período de estiagem e a implantação das cisternas pelo Governo Federal.

Outra forma de garantir água na comunidade é a partir de cacimbas, servindo para o consumo e preparo dos alimentos. Porém, devido à estiagem essas cacimbas também estão secando. Para as atividades domésticas diárias, além das cisternas a água utilizada vem de açudes e riachos intermitentes.

Frente à atual situação, os moradores contam com os carros pipa que abastecem as 25 (vinte e cinco) cisternas que existem em Jatobá II, porém, afirmam que não são suficientes, pois um carro pipa não consegue encher uma cisterna. A quantidade disponibilizada supre apenas o consumo humano e o preparo dos alimentos, por, aproximadamente, uma semana.

A cisterna da escola foi instalada por meio do Projeto Cisterna nas Escolas, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), e o abastecimento é realizado pelo município de Cabrobó.

As cisternas construídas nas residências fazem parte do Programa 1 Milhão de Cisternas, também do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com os governos estaduais e municipais. Cada cisterna construída recebe uma placa de identificação numerada, permitindo aos órgãos responsáveis sua exata localização. Algumas cisternas da comunidade são cadastradas pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA e pelo Exército, recebendo o abastecimento de 40.000 (quarenta mil) litros gratuitos por semana.



- Efluentes Domésticos

Em Jatobá II não há esgotamento sanitário, com exceção das 25 (vinte e cinco) casas em construção pelo convênio Ministério da Integração/FUNASA que possuem fossas sépticas e sumidouro para receber os efluentes do banheiro. Nas demais não há fossa e todos os efluentes são despejados a céu aberto. Apesar da construção dos banheiros, os moradores afirmam que devido à falta de água o vaso sanitário é pouco utilizado.

- Coleta e Destinação do Lixo

A questão referente à coleta e destinação dos resíduos é similar à maioria das comunidades, pois não existe uma destinação eficiente e ecologicamente viável para os resíduos gerados, sendo em sua maioria queimados ou enterrados.

Os moradores dizem que para uma adequada gestão dos resíduos é necessário que haja transporte e coleta regular dos resíduos sólidos, assim como a realização de um trabalho continuado de conscientização da população frente ao problema vivido.

Com base nos relatos dos moradores a respeito do tema, a comunidade anseia por capacitações sobre os processos de reaproveitamento e destinação de resíduos adequados, a implantação de um depósito para armazenar os resíduos e incentivos na área de educação ambiental.

### Energia Elétrica

Todas as casas de Jatobá II possuem energia elétrica desde fevereiro de 1994. Esta foi mais uma conquista da comunidade, que sentiu a necessidade de energia e água encanada com a instalação da escola.

### Saúde

O município de Salgueiro é referência para tratamentos de saúde, pois dispõem de melhor infraestrutura e de serviços de saúde que o município de Terra Nova, mesmo sendo este mais próximo da comunidade.

O atendimento médico local é realizado mensalmente na capela ou na escola de Jatobá II, uma vez que não há posto de saúde instalado. A comunidade também conta com os serviços de uma enfermeira que realiza exames preventivos, vacinação, acompanhamento de gestantes em pré-natal, hipertensos e diabéticos, aferimento de pressão e a pesagem e medição das crianças. Os problemas mais graves são encaminhados aos hospitais de Salgueiro ou Terra Nova.

Existem também as visitas dos agentes de saúde uma vez ao mês, os quais trabalham a campanha de vacinação, acompanhamento da Pastoral da Criança e ainda meios alternativos, como a utilização de plantas medicinais. Na própria comunidade mora uma agente de saúde que auxilia as famílias.



A utilização de plantas medicinais para a elaboração de medicamentos caseiros é uma prática antiga que ainda é adotada na comunidade. Há por parte dos comunitários a valorização destes saberes, que são adquiridos entre eles ou disseminados pelos agentes de saúde.

As principais dificuldades enfrentadas em relação à saúde local são a falta de transporte para o deslocamento dos doentes aos hospitais, ausência de um posto de saúde local, de profissionais especializados para procedimentos mais simples e dentistas.

### Educação

A escola Municipal Alexandre Parente de Sá oferece os ensinos infantil, fundamental I e II, atendendo alunos da própria comunidade e de comunidades vizinhas. Os moradores sentem muito orgulho de terem uma escola e relatam a importância dos educadores para a comunidade. Alguns educadores que fizeram parte da educação local foram citados nos relatos, sendo que os primeiros professores foram Emili Cazuzinha (1949 a 1951), Maria Tereza (1954 a 1956), Alzenir Ferreira (1957 a 1959), Maria Gregório da Silva (1966 a 1992) e Antônio Julião (até a década de 80), com os dois últimos sendo moradores da própria comunidade. A educação deixou de ser um tema exclusivo dos profissionais da área e de estudantes, atualmente esta questão passou a ser de interesse de toda a comunidade.

A escola tem um quadro de funcionários que atende a demanda, contando com um gestor, Sr. Lucas Antônio dos Santos, morador da própria comunidade, 13 (treze) professores, sendo que 08 (oito) são da comunidade, 06 (seis) funcionários, 01 (uma) auxiliar de serviços gerais e 05 (cinco) merendeiras, sendo 02 (duas) da comunidade.

### Comunicação

A comunicação em Jatobá II possui muitas limitações devido à distância entre a comunidade e a sede municipal ou ao município de Terra Nova. No entanto, os moradores tem acesso a vários meios de comunicação como televisão, rádio e a telefone (celular).

Os moradores relataram que facilitaria a comunicação se tivessem mais acesso aos meios de transporte, apoio dos governantes, um posto dos Correios, um telefone público e um ponto digital.

### **6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo**

#### Recursos Naturais

Os moradores locais utilizam para alimentação o umbu, a quixaba, o juá, as castanhas do mari e do catolé, este último com utilização bem restrita devido à dificuldade de acesso a Serra da Bananeira onde seus frutos são abundantes. Alguns moradores relatam que já



chegaram a comer xique-xique, mas que atualmente essa prática não é mais comum. Muitas dessas frutas ou plantas servem também de alimento para os animais.

Quanto ao artesanato e outros trabalhos manuais, o Sr. Francisco José da Silva é referência na confecção de balaios e cestos com o cipó do caroá. Em tempos passados utilizavam a palha da bananeira para fazer esteiras e algumas mulheres contam que as avós as ensinaram o ofício. Artesanato de barro também era produzido uma vez que muitos não possuíam condições financeiras para comprar utensílios domésticos, como panelas e vasos. Portanto, a alternativa era confeccioná-los para uso próprio. Porém, estes conhecimentos estão se perdendo pela falta de incentivo, de resgate aos trabalhos artesanais e de interesse dos mais jovens em querer aprender.

#### **6.4.4. Serviços de Apoio à Produção**

##### Assistência Técnica

Observou-se que das 40 (quarenta) famílias que responderam ao questionário socioeconômico, 39 (trinta e nove) afirmaram não receber assistência técnica para auxiliar nas atividades agropecuárias. As lideranças locais alegam que há possibilidade de fornecimento de assistência técnica e captação de recursos para a comunidade, porém devido ao intenso período de estiagem as questões produtivas ficam estagnadas, dependendo diretamente da oferta hídrica para desenvolvimento de projetos.

#### **6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica**

A comunidade expressa de forma contundente em seus relatos e manifestações a dependência direta de suas relações com o território para sobrevivência das famílias. A comunidade é constituída aproximadamente por 130 (cento e trinta) famílias, com faixa etária média entre 25 e 60 anos.

Quanto à educação, a comunidade a tem como bem comum e prioridade para o desenvolvimento local, e luta perante o município para manutenção da escola localizada na comunidade, a Escola Municipal Alexandre Parente de Sá. A escola possui em seu quadro de funcionários moradores da própria comunidade.

Como alternativas de fonte de renda, as famílias dependem principalmente de programas assistenciais do Governo Federal, como Bolsa Família e Seguro Safra.

As manifestações culturais são sempre associadas à religião, com festejos anuais tradicionais e de grande importância para os moradores. O aniversário de D. Maria Gregório também é comemorado com festa por todos os moradores.

A organização social é centralizada na associação local, a AQUICBÁ, e no poder de articulação que as lideranças possuem com outras esferas e instituições. É comum a



todos o sentimento que esta forma de organização trabalha, além de suas possibilidades, pelas famílias e que grande parte dos benefícios adquiridos foi viabilizada pela AQUICBÁ.

Os comunitários aguardam a documentação oficial do território depois do processo de reconhecimento pelo órgão competente. Uma empresa foi contratada para elaboração de relatório antropológico e o processo de regularização fundiária encontra-se em andamento.

A agricultura praticada é de pequena escala, basicamente de subsistência, e ligeiramente diversificada. Devido à baixa oferta hídrica para o seu desenvolvimento, a perspectiva de crescimento da produção é baixa. As criações de animais sustentam as famílias e quando há excedente, a produção é comercializada.

Algumas famílias dispõem de água encanada, porém a maioria ainda depende de cacimbas e cisternas como principais reservatórios. Não há rede de efluentes domésticos ou coleta de resíduos na comunidade, portanto os resíduos produzidos hoje na comunidade são depositados indiscriminadamente na natureza sem qualquer tratamento.

Quanto à saúde local, os moradores recorrem aos municípios de Terra Nova e Salgueiro. A medicina tradicional também é valorizada em Jatobá II, que ainda dispõe do conhecimento sobre as plantas da Caatinga. Os moradores mais antigos lutam para manter esta tradição viva com os mais jovens.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Jatobá II é possível enxergar claramente um trabalho promovido por lideranças locais de aceitação de sua característica como quilombola, e mais que isso, a promoção do trabalho coletivo para melhorar o acesso a políticas públicas específicas para o grupo. A organização comunitária é vista como elemento essencial ao acesso qualificado a tais políticas, existindo na comunidade uma preocupação especial com suas dinâmicas de organização e mobilização.

Durante os processos de mapeamento técnico e social, os participantes souberam evidenciar os aspectos coletivos e individuais que os fortalecem assim como aqueles que os tornam vulneráveis. Demonstraram uma forte ligação com o território, inclusive nomeando espaços de importância histórica para a comunidade bem como aqueles estratégicos na luta fundiária.

De todos os recursos naturais, o mais representativo é a água, e não podia ser diferente devido à luta histórica em relação à carência deste recurso. Essa limitação impossibilita a comunidade de dar prosseguimento a projetos produtivos que foram angariados junto ao órgão de pesquisa agropecuária, EMBRAPA. Estes projetos garantiria a possibilidade de ampliar a produção local e a assistência técnica necessária para o devido desenvolvimento das atividades produtivas. Diante dessa situação, embora sem muita certeza com relação ao futuro, depositam esperanças no PISF como uma possibilidade real de um futuro melhor em relação à oferta hídrica.

Outros aspectos recorrentes nas discussões durante as oficinas realizadas na comunidade foram os limites territoriais e consequente uso da terra, as relações com comunidades vizinhas e a presença do que consideram como 'posseiros', proprietários de terras vizinhas que estariam dentro do território quilombola. Todos estes conflitos são conduzidos de forma pacífica pela comunidade, que sempre busca as esferas responsáveis e os meios legais para possíveis soluções.



## 8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. P. de; FILHO, W. F. **Uma História do Negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: CRUZ, Magno José et al (org). São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

ANDRADE, L. M. M. de. **Terras Quilombolas em Oriximiná: Pressões e Ameaças**. 1ª ed. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo; CYPRIANO, André. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARARIPE, A.; NASCIMENTO, E. **Sertão Quilombola: A Formação dos Quilombos no Sertão de Pernambuco**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2008.

CAMPOS, C. S. **Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco**. Tempo e Presença. Koinonia; Ano 3 - Nº. 11; Julho de 2008

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.



MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookman. 2006. MEC – Ministério da Educação: Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com\\_content&view](http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&view)> Acesso em 30/08/2013.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Guia de Políticas Sociais Quilombolas. 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/publicidade>> Acesso em 22/12/2011.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

RATTS, Alecsandro J. **(Re)conhecer quilombos no território brasileiro**. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). **Brasil Afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

SILVA, J. M. S. **Tecendo estórias das comunidades mais remanescentes quilombolas aqui e acolá**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004. Orientação de Profª Doutora Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes.

SILVA, J. M. S. Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS-SUAS-LUTAS-SONHOS-E-UTOPIAS.pdf>. Acesso em: 19/01/2012;

SIQUEIRA, M. de L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. Disponível em <<http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>> Acesso em 22/12/2011.

SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em <[http://www.seppir.gov.br/copy\\_of\\_acoes](http://www.seppir.gov.br/copy_of_acoes)> (2008). Acesso em 30/12/2011

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**: Ambiente & Sociedade, São Paulo, ano V, n. 10; 1º Semestre de 2002.

SOUSA, R. G. **Escravidão Indígena x Escravidão Africana**. Mundo Educação. Disponível: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/escravidao-indigena-x-escravidao-africana.htm>>. Acesso em: 16/02/2012.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Eds. Santos, Kátia M. Pacheco dos e Tatto, Nilto. São Paulo, 2008.

**Escravidão e Resistência em Pernambuco**. Disponível em: <[http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe\\_escravidao.html](http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe_escravidao.html)>. Acesso em: 26/03/2012.



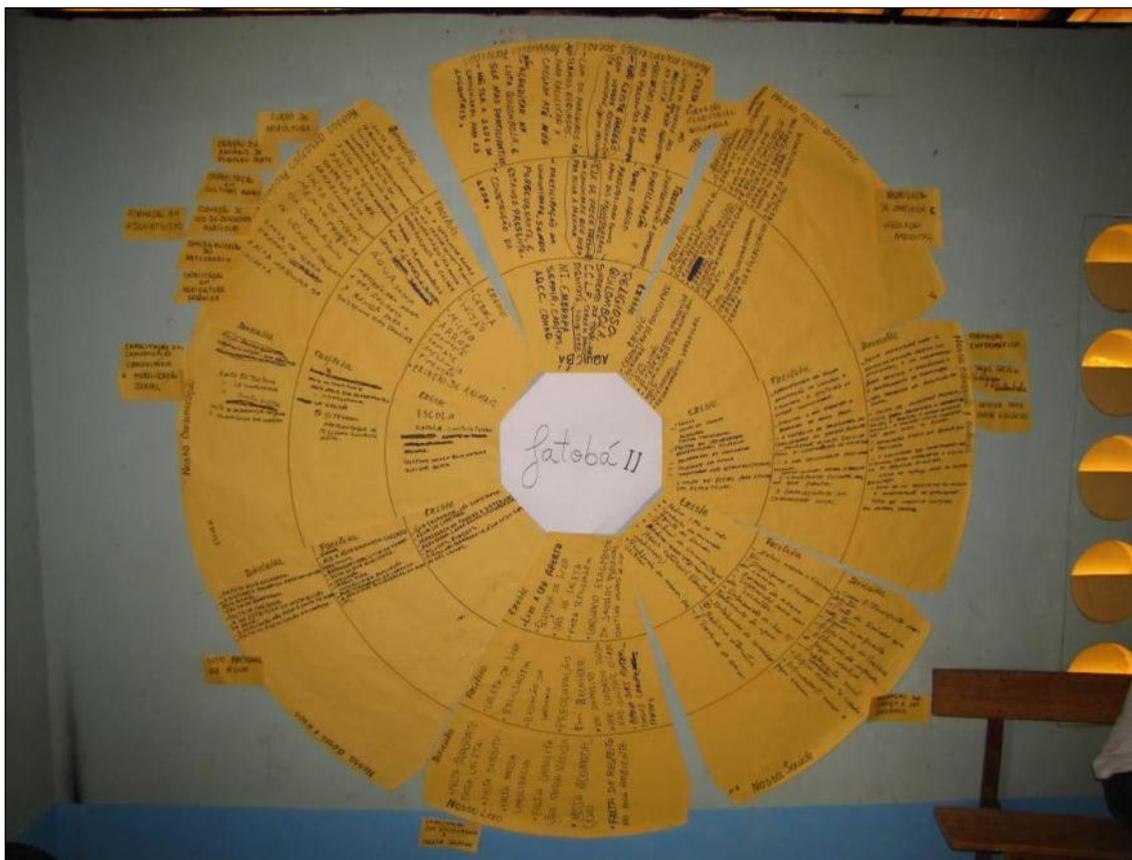
## 9. ANEXOS

**Anexo I:** Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.

**Anexo II:** Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas.



Anexo I. Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.



QUADRO DESCRITIVO DAS INFORMAÇÕES DO PAINEL ROTATIVO

NOSSAS ÁGUAS e USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Água encanada não suficiente; água de cacimba, armazenada em tanques e cisternas para beber, lavar roupa, cozinhar etc; açudes, riachos, riacho não permanente, água só no tempo das chuvas.</i>	<i>Que a água encanada chegasse para todos; barragens para cultivo da terra; água de boa qualidade; irrigação; carros pipa; consciência da população; monitoramento da COMPESA; apoio das autoridades do município.</i>	<i>Falta de água encanada; a distância percorrida para encontrar água potável; falta de barragens; falta de consciência; a população não paga a conta de água; falta de fiscalização da COMPESA.</i>
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Lixo a céu aberto; queima de lixo; não há coleta; falta reciclagem; consumo exagerado de sacolas plásticas; destino incorreto do lixo.</i>	<i>Coleta do lixo; reciclagem; redução do consumo; preocupação em recolher; um depósito; ter cuidado para não soltar o lixo; apoio das autoridades competentes.</i>	<i>Falta transporte para coleta; falta depósito; falta nossa consciência; falta capacitação para reciclagem; nossa acomodação; falta de respeito ao meio ambiente.</i>

**NOSSA SAÚDE**

Existe	Facilita	Difículta
<i>Médico 01 vez ao mês; campanha de vacinação; agente de saúde; pastoral da criança; meios naturais (plantas medicinais); realização de exames preventivos.</i>	<i>Melhor acesso á consultas; organização para pesagem de crianças; marcação de exames; informação sobre dias de consultas; distribuição de cloro para tratamento de água; distribuição de remédio; medicina alternativa; a prevenção de doenças.</i>	<i>Carro para transporte dos doentes; posto de saúde que não tem; água insuficiente; aferimento de pressão; aplicação de injeção e fazer curativos; tratamento bucal (dentistas); difícil acesso a cidade; dificuldade para marcar e fazer exames.</i>

**NOSSO MEIO AMBIENTE**

Existe	Facilita	Difículta
<i>Caatinga pouco preservada; lixo; a poluição; a terra menos produtiva; a diminuição de alguns animais; queimadas, desmatamento irregular.</i>	<i>A conscientização de algumas pessoas; redução do lixo; queima do lixo; aração; água; dinheiro; adubação; o desmatamento; as queimadas; as secas; desmatamento irregular; a falta de fiscalização do IBAMA.</i>	<i>O desmatamento desordenado; a falta de conscientização; a falta de punição; a falta de fiscalização; a falta de coleta; a falta consciência; pouca fertilização; a falta de participação e presença do IBAMA; falta de consciência e respeito.</i>

**NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA**

Existe	Facilita	Difículta
<i>Escola; grupo de danças; artesões; festas tradicionais; festas em homenagem; manifestações religiosas; professores da comunidade; telefone na escola; computadores não instalados (escola); campo de futebol para atividades esportivas.</i>	<i>Aprendizagem dos alunos; manutenção da cultura e história da nossa comunidade facilita a não esquecer o passado do nosso povo; a existência de profissionais da comunidade no quadro escolar; telefone escolar facilita para a comunicação da instituição; o não deslocamento para outras escolas; festas juninas, manter a tradição; o transporte escolar, mesmo que falta; o fortalecimento da comunidade local.</i>	<i>Pouca estrutura para o desenvolvimento pleno das atividades e um cronograma para definir a organização e cumprimento do planejado; mais presença da população em geral; falta de atividade recreativa para preencher o horário do recreio e prender a atenção do aluno na escola. E também falta transporte para todos os alunos, estrutura física da escola que é precária, a dificuldade dos computadores não instalados, falta internet e dificulta as pesquisas escolares, falta espaço para os alunos brincarem, falta de um refeitório na escola e alimentação de qualidade, falta de incentivo à cultura em outras áreas.</i>

**NOSSA COMUNICAÇÃO**

Existe	Facilita	Difículta
<i>Escola; campo de futebol; telefone celular com antena; televisão; rádio.</i>	<i>Meio de transporte; mais apoio dos governantes; mais interesse pessoal; um orelhão; se tivesse a implantação de telefone e um ponto digital.</i>	<i>Falta de telefone; falta de computador; falta de ponto digital; falta de informação por jornal; falta de assistência do correios.</i>

**NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS**

Existe	Facilita	Difículta
<i>Religioso Quilombola; Sindicato dos Trabalhadores, RVR, CCLF, Terra de Direito Dignidade, Prefeitura, MI, EMBRAPA, SEPIR, CARITAS, AQCC, CONAQ, AQUICBÁ.</i>	<i>Participação e compromisso; temos diálogo; projetos para termos apoio dos facilitadores parceiros; ele se fazer presente na comunidade que seja para ouvir a mesma; participação da comunidade, sendo perseverante e estando presente; construção da sede.</i>	<i>Falta de união; falta de interesse dos mesmos que não acreditam na luta, recursos para ser mais presentes na comunidade, não existe diálogo com nossos representante municipal (com prefeitura), com os parceiros em não termos recursos para facilitar a chegada até nós, não acreditar na luta quilombola e ser mais</i>



NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
		<i>participativo, não ter sede da comunidade para os encontros.</i>
NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Cebola, feijão, milho, arroz, mamona, tomate, melancia, pimentão, criação de animais.</i>	<i>Ter terra, motor, bomba, já ter trator, semente, arado a burro, maquina, poucas despesas, fácil de colher, água, fazem mutirão para muda e para colheita, a renda para sustento das famílias.</i>	<i>Falta de água, transporte, recursos, falta d e chuvas, terreno ruim, comprador, falta de armazém, falta mão de obra, falta de açudes e barragens, falta trato, falta de investimento, preço baixo da cebola, falta de veneno orgânico, falta terra própria, falta máquina de colheita.</i>



## ANEXO II. Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas.

